



PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA MUNICIPAL DA CASA CIVIL
Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos - IPP
Conselho Estratégico de Informações da Cidade

CONSELHO ESTRATÉGICO DE INFORMAÇÕES DA CIDADE

Ata da Reunião de 09 de janeiro de 2013

Nesta data, reuniu-se, por convocação da Presidência do Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos - IPP, o Conselho Estratégico de Informações da Cidade, órgão colegiado da estrutura do IPP, de acordo com a Lei 2.689, de 01 de dezembro de 1998, com a seguinte pauta:

Metrópole Carioca: Situação atual e Desafios - apresentação de Mauro Osorio da Silva, Presidente do Conselho.

A reunião realizou-se na sede do IPP com a presença dos conselheiros abaixo citados e contou, também, com a participação de José Marcelo Zacchi, Henrique Rabello, Maína Celidônio, Katcha Poloponsky, Sérgio Guimarães, Camile Bermeguy e Vânia Amorim (IPP).

A presidente do IPP, Eduarda La Rocque, abriu a sessão sugerindo que a discussão da agenda do Conselho para este ano seja feita numa reunião futura, em março, quando a revisão do Planejamento Estratégico da prefeitura estará mais clara. Ela declarou que um dos objetivos deve ser integrar a ação do conselho com o Planejamento Estratégico da Cidade e envolver os técnicos do IPP e as secretarias finalísticas.

Em seguida, passou a palavra a Mauro Osorio.

Metrópole Carioca: Situação atual e Desafios - apresentação de Mauro Osorio Da Silva, Presidente do Conselho.

- O objetivo dessa apresentação é fazer um panorama da situação da região metropolitana do Rio de Janeiro, comparando em alguns casos com dados das regiões metropolitanas de São Paulo e Belo Horizonte, e propor alternativas para o desenvolvimento da região e soluções para os problemas enfrentados.

A queda de 35,3% da participação relativa do Rio de Janeiro no PIB entre 1970 e 2010 faz parte de uma tendência geral de descentralização territorial da economia brasileira, mas foi mais acentuada do que a queda da região metropolitana de São Paulo (-16%), por exemplo. Isto revela uma especificidade do caso carioca.

Quanto à questão de empregos, a taxa de desocupação caiu muito no período 2003-2010: para 5,2%, no estado do Rio de Janeiro e 4,9% na cidade. Configura-se uma situação de pleno emprego. Esses dados incluem empregos formais e informais. Apesar de uma situação favorável no conjunto da população, há um problema de desemprego de jovens. A taxa de desocupação entre jovens (18-24 anos) é de 12,7% na cidade e 12,8% na região metropolitana. A taxa também caiu muito, mas o problema de desemprego entre jovens persiste. A estatística anterior inclui apenas aqueles jovens que procuram emprego.

Um dado preocupante é o número de jovens sem trabalhar e nem procurar emprego. A hipótese de que estariam apenas estudando não é corroborada por dados da Secretaria de Educação. A comparação entre esse percentual de jovens ociosos com os das regiões metropolitanas de São Paulo e Belo Horizonte confirmam o problema. Dados do Censo de 2010 mostram que 32,1 % dos jovens na periferia do Rio de Janeiro e 26,85% na cidade não trabalham nem estudam. O problema é mais acentuado nas favelas. Por exemplo, no bairro de Copacabana a taxa é de 15,9%; na Rocinha, 28,1%; no Complexo do Alemão, 32,9%; Pavuna, 30% e Jacarezinho, 38,8%.

“São números assustadores e muito desiguais. Onde entra favela puxa esse número para cima. A maior parte das regiões tem um número de jovens sem trabalhar maior do que a Europa em crise” ressaltou Mauro Osorio.

A Região Metropolitana do Rio de Janeiro, com 32,1% dos jovens sem trabalhar, nem estudar, se destaca negativamente. Nas regiões metropolitanas de São Paulo e Belo Horizonte, a taxa não chega a ultrapassar 26,5%. O conjunto dos indicadores mostra que os grandes desafios do estado do Rio de Janeiro se encontram na periferia da região metropolitana, com números que puxam os indicadores para baixo. Os indicadores de desigualdade e precarização na periferia da RMRJ são inclusive superiores aos verificados para o Noroeste Fluminense, tradicionalmente conhecido como uma região pobre do ERJ.



PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA MUNICIPAL DA CASA CIVIL
Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos - IPP
Conselho Estratégico de Informações da Cidade

Os índices do Ideb de 2011, comparando as melhores notas dos municípios do Rio, São Paulo e Belo Horizonte; colocam as cidades do Rio nas piores posições no segmento de primeira à quinta série, o que cria um problema para que o Governo do Estado alavanque as notas e a qualidade da educação no Ensino Médio. Uma política metropolitana se faz necessária para romper esse ciclo. O quadro da gestão pública municipal na Baixada é grave, a qualidade da política na região é muito baixa.

No ranking dos municípios das periferias das Regiões Metropolitanas de SP, RJ e BH, pelo índice que mede a qualidade do atendimento no SUS, novamente os municípios do Rio tem desempenho muito abaixo do que os de São Paulo e Minas Gerais. A melhor nota de um município de São Paulo é de Barueri, 8,21; em Nova Lima, a melhor cidade mineira no ranking, a nota foi 6,2. Itaguaí, o melhor colocado do Rio, aparece apenas na 32ª posição com a nota 4,98. Belford Roxo e Guapimirim são os dois piores colocados entre todas as cidades, com notas 3,62 e 3,53; respectivamente. A situação precária na periferia do Rio acarreta problemas para a capital, que atende boa parte da demanda das cidades vizinhas. Por isso, a área de saúde tem que ter uma política metropolitana. Além disso, se faz necessária a discussão dos critérios do Fundo de Participação dos Estados e Municípios, pois muitos municípios do Rio são prejudicados.

Mauro Osorio fez propostas de atividades econômicas e industriais para serem exploradas na região, pensando sempre como um planejamento metropolitano, de forma integrada e ressaltando a falta de coordenação política nesse sentido e na urgência de estimular a modernização da gestão pública nas prefeituras. O baixo peso do emprego industrial na região metropolitana é negativo, uma vez que a indústria agrega muito valor. Um dos entraves é a infraestrutura. É preciso priorizar atividades de maior valor agregado com relação a centros atacadistas ou maquiadoras. Uma proposta é a criação de uma câmara empresarial nessas áreas.

Na AP5, a prefeitura se preocupa com a emissão de CO2 da CSA. Mas, em qualquer parte do mundo a siderurgia emite o gás. Deve-se lembrar que a atividade produtiva no mundo capitalista ainda não prescinde da produção siderúrgica. A questão é fazer com que a produção seja mitigada no limite, com relação à questão ambiental, com normas locais rígidas. A empresa contrata diversos serviços, apesar de, atualmente, apenas exportar (o que acarreta em menos agregação por causa da isenção de ICMS). Há possibilidade de que seja construída uma segunda planta para atender ao mercado interno. A Gerdau vai dobrar a planta.

Itaguaí pode ser uma base interna do pré-sal e gerar muita atividade econômica, como aconteceu com Macaé que cresceu como base interna do pós-sal. O volume do pré-sal vai ser muito maior. Mas é preciso organizar os diversos investimentos na cidade. A utilização da área industrial já definida legalmente em Seropédica pode ainda atrair indústrias para a retro-área do terminal de contêineres de Itaguaí. Há necessidade de aproveitar melhor esse terminal como ponto de escoamento da produção industrial da AP5 e toda a periferia da RMRJ. O terminal de contêiner de Itaguaí pode ser uma âncora importante para adensamento da estrutura produtiva na periferia da RMRJ e ampliação da base de arrecadação tributária, permitindo assim maiores investimentos públicos na área social e de infraestrutura. O transporte através de Itaguaí também colaboraria com a definição do Arco Metropolitano como eixo logístico de transporte de cargas e não de passageiros. É necessário que esse tipo de transporte (de cargas) evite transitar pela cidade do Rio de Janeiro e, principalmente, em seu centro histórico. Para evitar que o Arco se configure hegemonicamente como território de passagem precisa haver um adensamento produtivo na periferia da RMRJ, com base em empreendimentos âncoras e nas atividades produtivas já existentes.

Sérgio Guimarães questiona se, com esse redirecionamento do transporte acompanhado por nova atividade econômica, haveria uma migração de pessoas para Itaguaí e a cidade seria propícia para a construção de moradias para o programa Minha Casa Minha Vida.

Mauro Osorio argumenta que, primeiramente, a geração de empregos deve ser direcionada aos atuais moradores e que não seria aconselhável estimular que pessoas se mudassem para lá, visto que a infraestrutura é precária. Lembra ainda que o novo cenário demográfico faz com que os urbanistas proponham, atualmente, políticas de adensamento e não de expansão urbana.



PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA MUNICIPAL DA CASA CIVIL
Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos - IPP
Conselho Estratégico de Informações da Cidade

Foi apontado que essa migração já ocorreu, seguindo anúncios da chegada do Porto ou de outros investimentos na região, mas os investimentos em infraestrutura, especialmente saneamento, não acompanharam, deixando esses moradores em uma situação ruim.

O Brasil não tem um estado concentrador e os portos, como de Santos e do Rio, encontram gargalos nas cidades. É uma questão que precisa ser discutida de forma conjunta. Qual é o papel do Porto do Rio? Qual é o papel do Porto de contêineres de Itaguaí? Qual o papel do Porto/indústria do Açu, em construção?

Foi declarado que é um problema político. Não há uma autoridade portuária capaz de fazer uma coordenação entre os municípios.

Retornando à questão de moradia, José Marcelo questionou se faz sentido incentivar a concentração populacional na AP5 ou seria mais interessante reequilibrar a situação ocupando novamente a AP3.

Mauro Osorio explicou que, atualmente, trabalham na AP5 os menos qualificados. Os moradores mais qualificados da AP5 trabalham na AP1 ou AP4. Analisando os moradores de lá não se observa uma diferença significativa de qualificação, como, por exemplo, número de anos de estudo. Mas a diferença salarial é enorme. É preciso gerar empregos melhores para os moradores na AP5.

A AP3 tem 37% da moradia e 20% do emprego formal, praticamente o dobro de moradia em relação a emprego. Na AP5 a situação é pior: a proporção é 3 pra 1.

A cidade se desindustrializou menos do que se imagina. Ainda existem 180 mil empregos industriais diretos na cidade, com salário médio de 2500 reais. Esses empregos geram uma massa salarial maior do que todo o comércio da cidade do Rio. A periferia inteira tem 90 mil empregos industriais diretos. O comércio emprega mais pessoas - por volta de 300 mil na cidade - mas o salário médio é muito menor: 800 reais. Hoje mais da metade dos empregos na cidade é formal.

Atrair grandes empreendimentos não basta, é preciso também gerar adensamento em torno das empresas âncoras, do que poderíamos denominar de complexos produtivos. Por exemplo, a CSA e a Gerdau podem ter uma série de atividades e serviços em torno delas. O Sebrae poderia ter uma política de capacitação em escala.

Na AP5, há necessidade de melhorar a infraestrutura, de atrair a indústria e, assim, gerar empregos. Ao mesmo tempo, acompanhar o ordenamento urbano e desestimular a expansão populacional (tendo em vista a criação do BRT e túnel da Grota Funda). A situação do transporte público em Itaguaí e na AP5 precisa ser acompanhada. Não há uma linha de ônibus regularizada em Itaguaí e todas as grandes empresas da AP5 transportam seus empregados em ônibus fretados. Talvez as licitações já efetuadas pela Prefeitura já tenham melhorado essa situação.

A saída das forças armadas do Rio parece estar pausada. Caso essa transferência aconteça, precisa ser acompanhada por uma negociação de compensações. O setor investe muito em pesquisa e está levando um grande centro para a AP5. A economia de defesa tem grande importância.

A área de Mangaratiba pode ser um lugar de moradia pra classe média, com potencial turístico em Muriqui e Itacuruçá, por exemplo. Mais uma vez o saneamento e uma política habitacional adequada são entraves.

Há indefinição sobre o que vai ser o Comperj. Faria mais sentido ampliar um polo com base em Caxias, utilizando o gás como matéria prima, e avaliar a possibilidade de manter a proposta do Comperj como uma planta petroquímica com base na nafta, o que permitiria, inclusive, gerar, no ERJ, insumos para a indústria farmacêutica e química fina. A estratégia para o pólo petroquímico de Caxias precisa estar articulada com a proposta para o Comperj. Com o anúncio do Comperj, mesmo sem uma definição, já há especulação imobiliária na região.



PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA MUNICIPAL DA CASA CIVIL
Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos - IPP
Conselho Estratégico de Informações da Cidade

O parque tecnológico da UFRJ precisa ser expandido, um caminho possível é a expansão até Petrópolis, passando por Xerém. É importante que os centros de pesquisa gerem conhecimento e não apenas absorvam o conhecimento que a Petrobras traz.

Em Niterói, a indústria naval enfrenta o problema de estaleiros pequenos. Niterói e a cidade do Rio devem concentrar a indústria de inteligência naval, como, por exemplo, a área de elaboração de projetos de engenharia. Há potencial também para turismo naval.

Eduarda La Rocque solicitou dados sobre migração para a cidade do Rio a partir de 2010, que ainda não estão disponíveis. Demonstrou preocupação com a possível migração, principalmente de pessoas do próprio Estado, atraídas pelas ofertas de emprego e grandes eventos, causando posteriormente um processo de favelização.

Sérgio Guimarães disse que em uma comparação de dados do Caged dos anos de 2010, 2011 e 2012, a geração de emprego no Rio passou de 4%, do total geral do gerado no Brasil para 4,6% e 4,9%, impulsionada pela construção civil. Esse aumento percentual naturalmente atrairia as pessoas.

Para Mauro Osório, essa diferença de geração de emprego é muito pequena e não geraria imigração. E, com a desaceleração de investimentos da prefeitura prevista para esse ano, menos empregos serão gerados. Ele lembrou também que a cidade tem um grande número de jovens desempregados.

Jailson de Souza discordou quanto à migração para o trabalho na construção civil e opinou que a atividade está atraindo outros segmentos populacionais da própria cidade: jovens e negros.

Mauro Osório alertou para a possibilidade de não nos aproveitarmos adequadamente, do ponto de vista da geração de emprego e do adensamento produtivo, a médio e longo prazo, das janelas de oportunidades existentes. Considerou que é importante aprimorar as estratégias de encadeamento e de melhoria de infraestrutura para a RMRJ, sendo importante a construção de uma coordenação de políticas metropolitana. A construção civil é temporária e os megaeventos são passageiros.

Ele voltou a afirmar que é preciso planejar e estimular a melhoria da gestão pública dos outros municípios.

Eduarda La Rocque ressaltou a dificuldade de integração de políticas públicas até dentro da mesma esfera de governo.

Jailson de Souza propôs debater o papel do IPP e do Conselho para promover essa ação mais integrada na RMRJ. Destacou que a liderança da cidade do Rio de Janeiro é fundamental.

Eduarda La Rocque já está em contato com a Casa Civil para estudar a questão e tentará trazer Pedro Paulo para a próxima reunião. Propôs que o IPP se responsabilize também por uma diretoria de informações da região metropolitana e, possivelmente, que outros órgãos do governo do estado ou de outros municípios participem do conselho para auxiliar o planejamento estratégico.

Dados mostram que o nível de violência tem aumentado na periferia. Na AP5 e na Baixada, as pessoas tem visão crítica da UPP e não acreditam que o projeto chegue até essas áreas. Segurança pública também precisa de uma política metropolitana. O Governo estadual mostra ceticismo quanto à coordenação de políticas metropolitanas.

Jorge Guilherme informou que o Subsecretário de Projetos de Urbanismo, Vicente Loureiro, está articulando, ainda de maneira insipiente, um sistema de informações metropolitanas, com reuniões mensais. Sugeriu que o IPP se engajasse nessas reuniões.



PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA MUNICIPAL DA CASA CIVIL
Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos - IPP
Conselho Estratégico de Informações da Cidade

Sérgio Guimarães colocou-se a favor da criação de um Centro Observatório da RMRJ e de apoiar a iniciativa estadual do Subsecretário de Projetos de Urbanismo.

José Marcelo sugeriu a realização de atividades que coloquem essa agenda no debate da cidade como seminários, encontros com participação do Estado, Prefeituras e Universidade.

Mauro Osório agradeceu aos conselheiros e aos demais convidados. A seguir, encerraram a reunião. A Secretária Executiva Daniela Goes tomou notas e elaborou esta Ata, que será assinada pelos Conselheiros presentes. Eventuais correções serão encaminhadas pelos Conselheiros e constarão da ata do próximo encontro do Conselho.

Rio de Janeiro, 09 de janeiro de 2013.



PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA MUNICIPAL DA CASA CIVIL
Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos - IPP
Conselho Estratégico de Informações da Cidade

CONSELHEIROS

MAURO OSÓRIO DA SILVA
PRESIDENTE

EDUARDA LA ROCQUE
IPP

SERGIO FERRAZ MAGALHÃES
IAB/RJ

LUIZ CESAR DE QUEIROZ RIBEIRO
IPPUR/UFRJ

ROBERTO DE ANDRADE MEDRONHO
UFRJ

JEAN LEONARDUS CARIS
CASA CIVIL

MARIA ALICE REZENDE DE CARVALHO
PUC-RIO

JORGE GUILHERME DE MELLO BARRETO
CEPERJ

JAILSON DE SOUZA E SILVA
OBSERVATÓRIO DE FAVELAS UFF

SILVIA RAMOS
UCAM

WASMÁLIA BIVAR
IBGE

MARCELO CORTES NÉRI
FGV

LUIZ MARTINS DE MELO
IE/UFRJ

BRUNO JORGE VAZ SASSON
SESDEC